



ATA DE REUNIÃO DE REGISTRO DE OCORRENCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2020

SÍNTESE DOS OBJETOS: Considerando a necessidade de disponibilizar recursos pautando na implementação de medidas preventiva no contágio do COVID-19, considerando que o Governo Federal disponibilizou recursos financeiros ao Município para implementar medidas na contenção do aumento do contágio, justifica-se a aquisição de matéria prima (TNT - tecido não tecido, tecido tricoline liso e elástico achatado) para confecção de máscaras, aquisição esta, através do uso dos procedimentos de dispensa, com fulcro no nos artigos (4º, 4º-B, 4º C, 4º-E, 4º-H e 4º-I), Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 e alterações, com aplicação no que couber, o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, conforme detalhado no projeto básico.

No 01 (primeiro) dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, reuniu-se na sede desta Prefeitura, às 11h00min a Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria n.º 001, de 02 de janeiro de dois mil e vinte, sob a presidência da Srª. Eloisa Azevedo Macedo. Iniciando os trabalhos foi constatada a presenças dos membros Sr. Elivando Nonato da Silva e do Sr. Lucas Cardoso de Moraes, todos servidores do Município, para fins de deliberar sobre o Processo Licitatório nº 038/2020 – Dispensa de Licitação nº 012/2020, em observância às disposições contidas na Lei de Licitações e Contratos, para a realização no desfecho da presente dispensa de licitação objetivando a “Aquisição de matéria prima (TNT - tecido não tecido, tecido tricoline liso e elástico achatado) para confecção de para uso de servidores públicos e distribuição para a população, aquisição esta, através dos procedimentos de dispensa de licitação, com fulcro nos artigos (4º, 4º-B, 4º C, 4º-E, 4º-H e 4º-I), da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 e alterações, com aplicação, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, conforme detalhado no projeto básico, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. A Presidente da Comissão Permanente de Licitação certificou a todos que conforme correspondência encaminhada pelas Secretarias Municipais e diante de verificação dos valores unitários constantes dos respectivos orçamentos, foi constatado que a(s) empresa(s) ((1. ALINE RIBEIRO MONTEIRO - AVIAMENTOS, CNPJ nº 22.494.930/0001-81, apresentou orçamento de menor valor unitário para os itens (01, 02 e 03), totalizando um valor de R\$ 3.550,00)), onde foi constatado que o valor global para a futura contratação será de R\$ 3.550,00 (três mil, quinhentos e cinquenta reais). Em face disto foi mantido contato com a(s) empresa(s) a(s) qual (is) encaminharam a sua documentação (contrato social, certidões do fisco federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista) e que será objeto de verificação sobre a regularidade documental. Os membros da Comissão Permanente de Licitação, diante da verificação concluíram que a documentação foi apresentada com regularidade, em face disto declinaram pelo seguimento do desfecho da dispensa de licitação nos termos abaixo:

1 – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Feita com observação ao que preceitua o artigo caput do art. 4º da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, bem como dada a emergência, em observância ainda o disposto no inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93 que assim observam:



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG

Administração: Novo Tempo

CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br

licitacao@montalvania.mg.gov.br



Lei 13.979/20

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Lei 8.666/93

Art. 24 É dispensável a licitação (...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada emergência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

2 - DA RAZÃO DA ESCOLHA DO PROFISSIONAL: A justificativa na escolha da(s) empresa(s) (1. ALINE RIBEIRO MONTEIRO - AVIAMENTOS, CNPJ nº 22.494.930/0001-81), se deu tendo em vista que a(s) mesma(s) encaminharam orçamento de menor valor manifestando interesse em contratar com o Município de Montalvânia.

3 - JUSTIFICATIVA DO PREÇO: Em observância aos preços médios detalhados no projeto básico e, em observância aos valores unitários nos orçamentos apresentados pelas empresas, foi constatado que: ((1. ALINE RIBEIRO MONTEIRO - AVIAMENTOS, CNPJ nº 22.494.930/0001-81, apresentou orçamento de menor valor unitário para os itens (01, 02 e 03), totalizando um valor de R\$ 3.550,00)), onde foi constatado que o valor global para a futura contratação será de R\$ 3.550,00 (três mil, quinhentos e cinquenta reais), onde ficou comprovado que a somatória dos valores ficou abaixo do valor global estimado no projeto básico, justificando-se assim os preços.

CONCLUSÃO: Diante do exposto a Comissão Permanente de Licitação à luz dos elementos que integram os presentes autos, considerando a emergência na aquisição dos insumos, para uso dos servidores municipais, e uma vez constatado que a(s) empresa(s) acima qualificada(s) apresentaram toda a documentação comprovando sua regularidade para com o fisco federal, estadual, municipal FGTS e Trabalhista, concluíram que não há impedimento na contratação das mesmas.



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: Novo Tempo
CNPJ: 17.097.791/0001-12
www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



Nada a mais havendo a ser consignado na presente "ata", a reunião foi encerrada, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação determinou que fosse digitada mesma, onde após sua leitura e achado de acordo será por todos assinada e após o feito que o processo seja enviado à Procuradoria Jurídica do Município para o devido parecer jurídico final, após o feito que o presente processo fosse encaminhado à Autoridade Máxima Municipal para os devidos despachos.

Comissão Permanente de Licitações:


Eloisa Azevedo Macedo
Presidente Da CPL


Eliando Nonato da Silva
Membro


Lucas Cardoso de Moraes
Membro